

**ELITES CAPITAIS: PODER, INSTITUIÇÕES, LAÇOS SOCIAIS E ATUAÇÃO
POLÍTICA DOS NEGOCIANTES DE OURO PRETO, MINAS GERAIS, NAS
PRIMEIRAS DÉCADAS DO IMPÉRIO.**

Leandro Braga de Andrade
(Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFETMG)
leandrohist.andrade@gmail.com

Negócios e elites

Ouro Preto, como capital da província de Minas Gerais, era palco de atuação das elites políticas provinciais e fornecedora tradicional de quadros que compuseram a cúpula da administração, da política e da magistratura nacional. Como centro minerador e com um dinamismo econômico comprometido pela redução da extração do ouro e localização geográfica, qual teria sido o grau de inserção e dominância social e de participação política dos negociantes?

Ao longo do século XVIII, os negociantes galgaram espaços na hierarquia social do território colonial, através de ações políticas, do poderio econômico e da estratégia de inserção nas famílias de conquistadores (ALMEIDA, 2007). Ao fim do setecentos e início do século XIX, a velha discriminação da sociedade do Antigo Regime com os comerciantes, por correlação com o trabalho manual e com os cristãos novos, já havia perdido força e a fidalguia luso-brasileira estava envolvida pela alta mercancia. Mas esta inclusão não se operou por fora do esquema estamental e hierárquico, típico do período, pois, somente um grupo seletivo alcançaria distinção no mar confuso de mercadores, taverneiros, vendeiros, armazeneiros e mascates. Eram os “homens de negócio”, classificados e, praticamente, nobilitados como tal. (SAMPAIO, 2006)

Os lojistas eram aqueles comerciantes que ocupavam a parte mais nobre da cidade, mercanciando no térreo e vivendo nos sobrados das principais ruas. Atuavam no mercado de crédito, no atacado de mercadorias importadas e, em alguns casos, estavam ligados ao comércio de escravos, do ouro, de terras minerais e dos derivados da agropecuária regional. Ao longo das décadas de 1820, 1830 e 1840, os laços deste grupo de comerciantes com os congêneres atacadistas do Rio de Janeiro se tornaram mais estreitos e contínuos, formando cadeias de reciprocidade mercantil, na qual se destacavam aqueles que alcançavam confiança e crédito na capital e controlavam o atacado localmente. Portanto, a elite comercial da cidade mantinha práticas muito similares aos poderosos

“negociantes de grosso trato”, sendo alguns de seus membros registrados como tal na Junta do Comércio.¹

A partir da análise das escrituras cartoriais de Ouro Preto foi possível flagrar o destaque dos comerciantes em diversos setores de transações: comércio de imóveis, comércio de escravos e, principalmente, nas escrituras de dívida e hipoteca. Em que pese a relativa dispersão do crédito pessoal, uma característica das economias pré-industriais e pré-bancárias, um pouco mais de 50% das transações e valores informavam comerciantes como credores das dívidas escrituradas². Entre 1820 e 1865, essa concentração foi se tornando ainda maior, demonstrando a consolidação e auge da elite mercantil, principalmente entre as décadas de 1830 e 1850. Um grupo seletivo de negociantes grossistas, alguns transmutados em rentistas ou banqueiros, a partir no último decênio da amostra, controlou o crédito, tanto para os pequenos comerciantes locais, quanto para os moradores.

Na análise qualitativa dos negócios, bens e no rastreamento da inserção política e social esses nomes e sobrenomes se repetiram, o que nos ajudou a montar um quadro bem revelador da relação comércio/crédito/destaque político.

O processo de criação, centralização e arranjo do Estado brasileiro transformou as instituições locais, sobretudo os cargos eletivos, sobre os quais as redes de poder e domínio social se acomodaram ou ascenderam. Além das disputas eleitorais, instituições como o juizado de paz, a Câmara Municipal, a Guarda Nacional, a Assembleia Provincial, chefia de polícia, juizado de órfãos, entre outros, foram ocupados pelos grupos dominantes locais. Postos em agremiações religiosas e títulos honoríficos conferidos pelo governo imperial, por serviços prestados, garantiram também o triunfo de indivíduos e famílias como elite, que, dessa forma, conquistavam respeito, prestígio, poder no local e a chancela do poder central.

Partiremos da premissa de que os grupos e indivíduos que compõem as instâncias superiores da sociedade, ocupam posições-chave, se colocam como dirigentes da

¹ ANRJ. Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Matrícula dos Negociantes de grosso trato e seus Guarda Livros e Caixeiros. Códice 170. Sobre a definição e atuação dos negociantes de grosso trato ver: (GRAÇA FILHO, 2007) 1

²Em tese de doutorado, de onde partem as principais reflexões deste texto, analisei uma amostra de 1535 escrituras das mais variadas naturezas, das quais 507 de dívida e hipoteca. (ANDRADE, Leandro Braga. 2013. p.184).

coletividade e que se orientam pela reprodução da hierarquia social vigente, representa a elite. O termo elite, dessa forma, será empregado em um movimento dinâmico horizontal, onde o político, o econômico e o social podem ou não estar associados, e em um movimento vertical, onde vê-se níveis diferentes de domínio, dependendo da área de atuação dos indivíduos e de seus cargos, o local, o regional e o nacional. A generalidade e não rigidez da noção de elite faz transparecer maior diversidade da hierarquia social e complexidade da relação do grupo com o resto da sociedade.³

No trabalho de Maria Fernanda Martins (2007), as linhas mestras conceituais que conectam o período colonial com a fase nacional são as noções de “elite”, “cultura política” e “relações de parentesco”. Grandes troncos familiares e redes de matrimônio endogâmicas transpuseram a virada do século XVIII para o XIX, o período joanino e a independência para conformarem-se como a elite social e política que comandava a governança nacional na Corte, mantendo laços contínuos com as regiões e províncias.

Estamos, portanto, diante de uma sociedade em que valores como a inserção em poderosas redes de parentescos, postos de prestígio político, militar e administrativo, além é claro, o senhorio da terra e de escravos, são ainda fundamentais para a compreensão das hierarquias sociais. É aqui que podemos situar os negociantes lojistas, como a faceta local e urbana desta composição, com um “fazer-se elite”, diante de uma sociedade hierarquizada, escravista, que vive profundas transformações institucionais e de práticas econômicas.

Se estamos diante uma sociedade hierarquizada, marcada pelo senhorio da terra e escravos, e tendo o clientelismo como prática política e social, qual seria o papel e a posição dos negociantes urbanos do interior?

Uma análise da participação de negociantes em instituições políticas e funções eletivas de importância para dinâmica dos poderes locais poderá lançar luz sobre as postas. As seguintes instituições estiveram sob a análise: Tropas de milícias, Guarda Nacional, Câmara, Eleições paroquiais, Assembleia Provincial e Assembleia Geral.

³ Flávio M. Heinz reflete sobre o uso da noção de elite pela historiografia, defendendo essas vantagens, a partir da definição básica de Giovanni Busino: “No plural, a palavra elites qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade.” BUSINO, Giovanni. *Elites e élitism*. Paris: Press Universitaires de France. 1992. Apud. HEINZ, Flávio M. (2006). pp. 7-16. p.7.

“Vive de sua loja” e está “pronto no Real Serviço”: os oficiais das tropas de milícias e ordenanças.

O estudo de Cristiane P. Mello detectou uma grande presença de comerciantes entre os oficiais, sobretudo, capitães das companhias de Ordenanças, na segunda metade do século XVIII, nas capitânicas de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Para a autora “(...) o crescente processo de afirmação econômica dos comerciantes, durante o século XVIII, fazia com que a Coroa não pudesse prescindir do apoio deste novo segmento, procurando incorporá-lo no aparelho administrativo colonial, fortalecendo sua base social.” (MELLO, 2002).

Tiago Gil, no estudo dos negócios de animais entre o sul e Sorocaba, entende que essa multiplicação de capitães cumpre a função de demarcar socialmente os mandatários locais. Considerando a “(...) hierarquia militar como régua social (...), mais do que armas, os capitães comandavam seus escravos, suas casas, suas regiões, e, assim, controlavam a economia.” (GIL, 2009. P. 222-223).

Se consideramos somente as patentes de Alferes para cima, teremos, em 1804, 88 oficiais, sendo 40 comerciantes, ou 45,5%. Caso pudéssemos excluir os oficiais da tropa paga, possivelmente a proporção seria ainda maior, pois os negociantes donos de lojas e alguns proprietários de lavras de mineração dominavam o comando das Ordenanças e Milícias em Vila Rica.

Mesmo sem formação e disciplina, os oficiais destes corpos poderiam ser efetivos por terem respeito local, recursos, animais de montaria ou por serem fiéis à ordem e à obediência no Real Serviço, interessados eles mesmos no controle das classes populares.

Algumas cartas patentes de negociantes ouro-pretanos analisadas, corroboram a ideia de que, por serem tropas de serviço voluntário (os oficiais de companhias não recebiam soldo), o maior benefício dos patenteados seria simbólico. Assim descrevia a nomeação do negociante Nicolau Soares do Couto ao posto de Capitão da Primeira Companhia do Primeiro Regimento da Cavalaria (Milícias):

Hei por bem fazer mercê de confirmar como esta confirmo no dito posto de capitão, com o qual não haverá soldo algum de minha Real Fazenda, mas gozará de todas as honras, privilégios, liberdades Isenções e franquezas que em farão dele [...] pertencerem. Lisboa 04 de janeiro de 1799 = O príncipe

com guarda = Por despacho do Conselho Ultramarino , 19 de dezembro de 1798.⁴

Se para muitos estudos, os proprietários de terras encarnaram o típico “capitão-mor”, que usava sua riqueza e seu prestígio para mediar os interesses da Coroa, no período colonial, para o caso de Vila Rica de Ouro Preto, eram os negociantes lojistas quem melhor se revestiam destes atributos. Era uma via de mão dupla. Ser dono de loja nas ruas centrais e viver nos sobrados melhor estruturados, já lhes conferia prestígio. Além disso, eram os negociantes que dominavam boa parte do crédito, vendendo a prazo e emprestando dinheiro, com cobrança de juros.

Os negócios da vereança: comerciantes na Câmara de Ouro Preto

A grande alteração institucional do poder municipal veio com a lei de 1º de outubro de 1828, que criava nova configuração e atribuições para a câmara. No ano anterior havia sido criado o cargo de Juiz de Paz, uma autoridade eleita pela população local para arbitrar conflitos civis, com poderes policiais e aplicação de multas nas paróquias. Nesse passo, a câmara ficava restrita às suas funções administrativas. Na nova configuração, a câmara passaria a ter nove membros nas cidades e sete nas vilas, com eleições de quatro em quatro anos.

A Câmara Municipal de Ouro Preto continuou sendo um termômetro de identificação das elites locais, mesmo com o processo de enxugamento de seus poderes. De lá partiam quadros que compuseram a primeira elite provincial, mas, sobretudo, mantinha-se a base política das novas lideranças. Isso se processou na década de 1830, quando o nível provincial foi privilegiado, no governo regencial, e na década de 1840, quando o nível nacional tendeu a concentrar poderes e atribuições.

A centralidade urbana, a concentração da burocracia provincial e de forças militares influenciaram fortemente a característica dos grupos sociais que compuseram a câmara. Entre 1812 e 1822, 27 vereadores, ou 49,1%, eram comerciantes. Mesmo com a Constituição de 1824, a Lei municipal de 1828 e a criação da Assembleia Provincial, em 1834, os negociantes lojistas continuaram perfazendo a maioria dos eleitos.

Construímos a tabela 1, realizando o cruzamento de várias fontes, a partir das quais foi possível aproximar da ocupação de todos os membros da câmara municipal de

⁴Carta Patente de Nicolau Soares do Couto, como Primeira Companhia do Primeiro Regimento de Cavalaria Auxiliar de Vila Rica. *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*. Registro Geral de Mercês. Livro 30. Folha.

Ouro Preto, entre 1823 e 1877. Trata-se de aproximação porque, ao longo da vida, o indivíduo poderia ter migrado sua principal atividade. Mas sem dúvida, não deixa de ser um bom termômetro para indicar os grupos sociais que compuseram a instituição.

Tabela 1

Composição da Câmara Municipal de Ouro Preto, segundo a ocupação de seus membros. 1823-1877.

Período	1823-1828	1829-1840	1841-1852	1853-1864	1865-1877	Total
Legislatura	(6)	(3)	(3)	(3)	(3)	(18)
Ocupação						
Negociante	14	15	18	10	03	60
Prof. Liberal	06	03	02	10	07	28
Emp. Público	02	02	03	03	12	22
Militar	05	04	02	02	02	15
Proprietário	04	02	00	00	01	07
Religioso	00	01	02	00	03	06
Total	31	27	27	27	28	140

Fonte: CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, *Memorial histórico e político da câmara municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto. Cor e cor Editorial. 2004. *Arquivo Público Municipal de Ouro Preto*. (APMOP). Lista de Qualificação de votantes. Distritos de Ouro Preto e Antônio Dias. 1846-1850; APM. Listas nominais de habitantes. 1838-1840. Banco de dados Cedeplar/UFMG.

Na década de 1820, persistia a predominância de negociantes, seguidos profissionais liberais e militares. Eram estes os grupos que protagonizaram os acontecimentos do processo de separação política. A década de 1830, com 55,5% das cadeiras e 1840, com 66,6%, representaram o apogeu e domínio quase absoluto de negociantes na câmara.

Família e mandatos na câmara estavam intimamente relacionados. Aliás, não somente no âmbito municipal. As instituições mais poderosas do Império, como o Senado e o Conselho de Estado também estavam atravessadas por arranjos familiares da elite (MARTINS, 2007. p. 167-254). Isso não parece ter sido diferente em Ouro Preto, embora o fato de haver um dinamismo urbano na política local tenha, provavelmente, permitido uma rotatividade e renovação, maior do que áreas rurais, dominadas por poucas famílias proprietárias.

Ao analisarmos os indivíduos ou famílias que alcançara três ou mais mandados, chegamos em um total de 85 mandatos. Somou-se 33 vereadores, sendo que 19 deles eram comerciantes. Dessa forma, encontramos uma concentração no setor mercantil não apenas no número de mandatos, mas também do número de indivíduos que chegaram repetidas vezes à câmara, por si ou pelos membros de suas famílias.

Seja pela preservação dos interesses econômicos ou pela reprodução do status social das famílias, o fato é que, na configuração das elites políticas do Império, a câmara continuava sendo uma base importante, e a grande presença dos negociantes indica que esse grupo continuaria sendo intermediários relevantes da realidade local com tais elites.

A milícia dos negociantes: a Guarda Nacional e a elite mercantil

A Guarda Nacional foi um símbolo do poder das elites locais no processo de formação do Estado brasileiro. Criada pela lei de 18 de agosto de 1831, ela foi uma milícia civil não paga, que tinha por vocação atuar nos municípios, dando suporte às atividades policiais de garantia da ordem ou auxiliando o exército nas áreas de fronteira e situações de emergência.

Alguns pesquisadores defendem que a Guarda Nacional ajudou a delimitar a cidadania, através da matrícula de qualificação e da disseminação de um sistema de organização, que parte do Estado e alcança todo o território. Por outro lado, essa grande massa, militarmente amadora, foi entregue ao controle de cidadãos eleitos localmente, em outras palavras, homens de poder e prestígio (URICOECHEA, 1978).

Os estudos sobre a Guarda Nacional são quase unânimes em concordar que, geralmente, o oficialato foi controlado por grupos e famílias enraizados na vida política e no poder econômico locais. Aliás, esta característica, que agradava ao governo central, fez da milícia um instrumento de intermediação entre o poder privado e o poder estatal, como bem argumenta, Flávio Saldanha (2006, p. 44), em seu estudo.

A estrutura orgânica estava dividida da seguinte forma: uma **Legião** no município, comandada por um coronel, que poderia ter mais de um **Batalhão**, que, comandado por um Tenente Coronel, estava dividido por 4 a 8 **Companhias**, comandadas por um capitão. A Companhia era composta de 100 a 140 homens e abarcava um ou mais distritos. Pela lei de 1831, os oficiais da Legião do município eram indicados pela presidência da província e os oficiais dos batalhões e companhias, eleitos, por maioria absoluta de votos, pelos próprios oficiais (SALDANHA, p. 78-79).

Na primeira eleição para Guarda Nacional de Ouro Preto, em 1832, dos 24 oficiais eleitos para o Primeiro Batalhão, 19 eram negociantes. Além do critério da renda mínima para a eleição, a possibilidade de conquistar e controlar a preferência dos guardas era, a exemplo do que vimos na câmara, muito mais real para os comerciantes da cidade.

Dos 19 oficiais eleitos para a Primeira Companhia, 14 foram listados como negociantes de loja ou armazém nas relações nominais da década de 1830. Os quatro membros do Estado Maior do Primeiro Batalhão também viviam da mercancia. Foi a elite de negociantes lojistas, presente nos quadros da Câmara, da antiga Cavalaria de Milícias ou das Tropas de Ordenanças, que venceu o primeiro pleito da Guarda Nacional.

Quadro 1
Oficiais eleitos na primeira eleição da Guarda Nacional. 1832. Primeiro Batalhão da cidade de Ouro Preto

Patente	Oficial	Votos	Ocupação
Estado Maior	1º Batalhão de Ouro Preto		
Tenente Coronel	Manoel Soares do Couto	18	Negociante
Major	Antônio R. Fernandes Forbes*	31	Negociante
Tenente Ajudante	Narciso Tavares Coimbra*	27	Negociante
Porta Bandeira	Antônio José Dias Coelho*	21	Negociante
1ª Companhia	Distrito de Ouro Preto		
Capitão	Luís Augusto Soares do Couto	92	Negociante
Tenente	Antônio R. Fernandes Forbes*	55	Negociante
Alferes	José Batista de Figueiredo	58	Negociante
Alferes	Honório P. de Azeredo Coutinho	53	Emp. Público
1º Sargento	Antônio José Dias Coelho*	50	Negociante
2º Sargento	Narciso Tavares Coimbra*	45	Negociante
2º Sargento	Silvério P. da Silva Lagoa	36	Negociante
Furriel	Faustino Monteiro Peixoto	24	Negociante
Cabos	Diogo José Lopes	49	Negociante
Cabos	Manoel José de Lima	38	Negociante
Cabos	Agostinho J. Ferreira Andrade	37	Ourives
Cabos	Carlos Coelho Seabra	37	n/e
Cabos	José Rodrigues de Abreu	34	Negociante
Cabos	Joaquim Eleutério de Abreu	33	Negociante
Cabos	João Narciso de Paiva	33	n/e
Cabos	Bernardo José Barbosa	32	Negociante
Cabos	Silvestre José da Costa	30	Negociante
Cabos	Antônio Coelho Ferreira	29	Negociante
Cabos	Antônio de Souza Braga	28	Negociante

Fonte: APM. Presidência da Província. Correspondência Guarda Nacional. PP 1/6 cx 67. Doc 03; APM. CMOP. Licenças para casa de negócio. 1831/1833. APM. Presidência da Província. Lista de habitantes. 1838. n/e= não encontrado. * Oficiais eleitos para a Primeira Companhia e, posteriormente, eleitos para o Estado Maior do Primeiro Batalhão do Município

O processo de centralização decisória da Guarda Nacional, com maior controle dos comandantes e do presidente de província, se intensificou ao longo da década de 1830 e após a Revolta Liberal de 1842.

Mesmo com tais mudanças, em Ouro Preto, representantes do segmento de negociantes lojistas, seja por suas posições econômicas ou tradições familiares continuariam no comando da Guarda Nacional.

Alguns quesitos foram importantes para a projeção na Guarda Nacional de Ouro Preto: ser negociante de loja e, portanto, estar entre os homens mais abastados, com forte potencial de controle social pelo crédito; ser empregado do governo em cargos de destaque, como os da mesa das rendas ou fazenda provincial; ter prestígio político e robustez eleitoral; ter ligações familiares com antigos nomes de destaque nas tropas milicianas da localidade.

O importante de se destacar é que, mesmo com as alterações de atribuições e escolha do oficialato, a Guarda Nacional manteve-se como instituição fundamental na configuração da ordem pública e da vida política. Do mesmo modo que, os negociantes de Ouro Preto faziam-se como elite local, buscando projeção e respeito no nível provincial e nacional, através de seus postos e manutenção vitalícia de suas patentes.

Os estudos existentes sobre a Guarda Nacional esforçam-se por posicionar a instituição no debate da centralização ou descentralização do poder do Estado Imperial brasileiro. Mas, o que verificamos é que a milícia cívica notabilizou-se também como palco da ação de uma elite política que se constrói na paróquia, no distrito ou no município, respondendo e se articulando com o poder central. O caráter patrimonial da relação da sociedade com as coisas do Estado, onde o serviço e os interesses privados se confundiam com as demandas e os interesses públicos, foi o amálgama que garantiu a existência da milícia não paga e a unidade nacional, através da atuação de mediadores políticos e sociais da realidade local com o centro.

Por ser tão estratégica, não deixou de ser alvo do interesse dos potentados locais e grupos dominantes, onde os comandos superiores da guarda foram controlados por alguns negociantes ricos e seus parentes. A Guarda Nacional afinou ainda mais do que a câmara municipal a pirâmide do poder local, uma vez que permitiu a membros de um grupo ainda mais reduzido se posicionarem como agentes do Império e, por isso, serem dignos de honra.

A elite da paróquia: A “classe dos homens práticos” no universo de doutores, vigários e bacharéis

Esse conjunto de elementos já seria suficiente para afirmar que ser dono de loja em Ouro Preto era um caminho quase certo para alcançar um descolamento para cima do universo dos homens livres pobres, como artífices, jornaleiros, tropeiros, vendeiros e outros trabalhadores urbanos. Sem dúvida trata-se de uma herança dos finais do período colonial, quando a atividade mercantil grossista já possibilitava ascensão em uma sociedade profundamente hierarquizada. Porém, foram três condições específicas que promoveram a posição dos homens do comércio de Ouro Preto: o fato de estarem em uma cidade com forte vocação mercantil e centralidade urbana, o fato de ser a sede da burocracia e da política provincial e de não ter se constituído no município, após a decadência da mineração tradicional, um cinturão agrário-escravista poderoso, como em outras regiões da província.

Dessa forma, a elite política paroquial e municipal da capital da província não estava atrelada em sua maior parte, pelo menos diretamente, à propriedade rural, como na maior parte do Império. Sendo assim, resta ainda verificar qual teria sido a projeção deste grupo no cenário provincial e nacional. Ou seja, onde estavam os negociantes de Ouro Preto, na hierarquia política do Império, em suas diversas guinadas institucionais, no processo de formação do Estado? São questões difíceis de verificação, por isso merecerão análises pontuais e não definitivas.

Além das estratégias familiares, as relações de amizade e troca de favores estavam no centro da explicação para o poder político local dos negociantes de Ouro Preto. Vivendo na capital, conviviam nas mesmas ruas, dividiam os mesmos bancos das igrejas, os eventos e associações religiosas que os altos funcionários do governo, deputados e presidentes de província. Além do destaque que os negócios e a riqueza lhes proporcionavam, a tessitura do poder ocorria nas intrincadas relações de tipo clientelar. Como lembrou Richard Graham, o clientelismo é o fio que amarrava a trama da política do Brasil imperial e se constituía em ações de proteção, favorecimento, em troca de lealdade política (GRAHAM, p. 2).

No episódio da Revolta do Ano da Fumaça (1833), no qual a tropa de linha (o exército) e oficiais da Guarda Nacional de Ouro Preto se levantaram contra o governo liberal moderado da província, lá estavam alguns negociantes da capital, inclusive o líder

máximo da rebelião, o tenente coronel do Primeiro Batalhão da Guarda Nacional, Manoel Soares do Couto.

Conflitos que precederam a Revolta do ano da fumaça no interior do termo de Mariana e o apoio das câmaras de cidades e vilas, como da própria Mariana, Ouro Preto e Caeté se devem à profunda insatisfação de alguns potentados com a perda ou não conquistas de cargos de poder local. Para Francisco Andrade, o movimento marca uma reação da municipalidade contra a subordinação imposta pela legislação e pelo governo provincial ao tradicional poder das câmaras. (ANDRADE, 1998. p. 127-135). Já para Wlamir Silva, não se tratava de oposição entre os níveis de governos, provincial e municipal, entre magistrados e elites locais proprietárias ou entre guardas nacionais e tropas de linha. Eram os cargos políticos de direção locais que estavam no centro da disputa, “(...) no momento em que o poder local era reorganizado na perspectiva do poder provincial.” (SILVA, p. 311).

Estudos como os de Marcos Ferreira Andrade, sobre Campanha da Princesa, e Edna Resende, sobre Barbacena, indicam participação efetiva de elites regionais na construção do Estado Imperial, “(...) impondo suas demandas e constituindo-se como elite política que, ao mesmo tempo em que assumia o compromisso com a condução e preservação do Estado, mantinha seus laços com sua região de origem”. (DOLHNIKOFF, 2008. p. 232).

Segundo Patrícia Genovez, políticos radicados em Ouro Preto e região, tanto liberais quanto conservadores, sempre tiveram uma projeção provincial e nacional muito significativa, por ter sido o centro administrativo, mas também o centro minerador de colonização mais antiga, de onde irradiavam as tradições e influências que as famílias perpetuavam, mesmo quando ocupavam outras áreas do território. (GENOVEZ, p. 2003). No entanto, quando rastreamos os mandatos mineiros nas Assembleias (Provincial e Geral) e no Senado, somente pontualmente foi possível identificar membros do grupo de negociantes, já comprovadamente o grupo predominante da política municipal ouropretana. Isso ocorria porque eram as lideranças políticas letradas (bacharéis e clérigos), oriundas de extensas e tradicionais famílias, que se destacavam, a partir da capital.

No entanto, a importância já salientada dos cargos locais que os negociantes lojistas alcançavam não nos permite dizer que havia um círculo de notáveis, eleitos

deputados e senadores, independente e descolado da realidade municipal. Sendo os pleitos para estes cargos indiretos, havia um grupo de eleitores, escolhidos pelos votantes.

Vejam os nomes dos eleitores escolhidos no pleito de 1836, da Paróquia de N. Senhora do Pilar de Ouro Preto, com vistas ao preenchimento dos cargos de deputados da Assembleia Provincial e da Assembleia Geral, para a legislatura de 1838-1839.

Os eleitores conformavam um grupo de notáveis moradores no distrito paroquial. No caso da Paróquia do Pilar, o peso político do grupo recebia uma grande dimensão, por ser um centro tradicional de formação de lideranças. Era também a principal eleição do município sede da província. Esta grandeza está demonstrada pelo perfil dos eleitos em 1836: o vice-presidente da província, que foi eleito como deputado no mesmo pleito, o secretário de governo, o presidente da província, também reeleito deputado provincial. Ainda merece destaque a presença de dois padres, demonstrando a importância das lideranças eclesiais, um militar de linha e um empregado público, ambos consolidando liderança política local, a partir de seus postos.

Quadro 2

Resultado contido na “Ata de eleição da Paróquia de N. Senhora do Pilar de Ouro Preto”. 1836.

	Eleitores	Ocupação	Cargo Público
1	Antônio da Costa Pinto	Magistrado	Vice da Província
2	Antônio R. Fernandes Forbes	Negociante	Vereador
3	Rodrigo P. Soares de Albergaria	Emp. Público	Vereador
4	Narciso Tavares Coimbra	Negociante	GN/Juiz de paz
5	José Batista de Figueiredo	Negociante	GN/Vereador
6	Herculano Ferreira Pena	Bacharel	Sec. da Província
7	José Felicíssimo do Nascimento	Padre	
8	José da Cunha Mello	Vigário	
9	Joaquim Antão Fernandes Leão	Advogado	Dep. Provincial
10	Bernardo Jose de Araújo	Militar	
11	José Peixoto de Souza	Negociante	
12	Francisco de Paula Santos	Negociante	

Fonte: APM. Câmara Municipal de Ouro Preto. Ata Paroquial de Eleição. 1824-1836. CMOP 199. Rolo 54.

No entanto, cabe maior destaque a presença de cinco negociantes, comprovando a hipótese de que a elite mercantil urbana de Ouro Preto configurou-se como uma elite paroquial, atuante nos rumos da política provincial, de forma indireta. Mais uma vez destacamos que se trata de uma fase de hegemonia liberal na política provincial, realidade que se inverteria no início da década de 1840. Na capital, uma série de transformações

econômicas consolidou o poder econômico dos comerciantes lojistas, também detentores do crédito e atuantes no mercado de escravos. Assim formou-se uma elite liberal letrada e religiosa, apoiada na base eleitoral local, onde dominavam os homens do comércio estabelecido.

A presença dos negociantes Narciso Tavares Coimbra e José Batista de Figueiredo, cunhado e irmão do Padre João Batista Figueiredo, político liberal, ex-conselheiro de governo e vice-presidente da província, entre os eleitores revela bem que, para além de suas ocupações, era a estratégia da família, como base liberal moderada local, o mais importante.

O melhor exemplo de homem de negócios que ascendeu para além do nível político paroquial, foi Francisco de Paula Santos, o mais poderoso negociante, banqueiro de Ouro Preto, entre as décadas de 1830 e 1870. Seus negócios com a mineração e com os títulos da dívida provincial o aproximaram do governo provincial, tanto nos períodos liberais quanto nos conservadores.

Paula Santos mostrou-se um parlamentar atuante, propositivo e combativo nos três mandatos que obteve na casa legislativa mineira, na década de 1840 e nos seis que conquistou na Assembleia Geral, a partir de 1850. Os discursos e projetos sugeridos pelo deputado abordavam temas intimamente ligados às questões econômicas da província e do país. Falava e agia em prol de medidas governamentais e legais para o setor, alegando defender os negócios de fazendeiros, mineradores, comerciantes e empresas. Em algumas situações mostrava-se, politicamente independente, em nome daqueles que dizia representar, a “classe dos homens práticos”.

No calor das discussões da reforma, o comendador criticou os propositores do projeto, ao observar que “(...) a classe dos homens práticos, a humilde classe dos homens práticos que eu tenho a honra de representar nesta casa, não está tomando parte nos debates.”⁵ Suas intervenções sempre caminhavam no sentido de defender a disponibilidade de crédito e moeda sonante, fundamentais para o comércio e agricultura.

⁵ *CÂMARA DOS DEPUTADOS*. Anais da câmara dos deputados. Volume 2. 15/06/1853. www.camara.leg.br.

Sua trajetória nos negócios e na política, apesar de incomum, indica um processo de modernização do perfil do empresariado nacional, mas o coloca como um mediador de interesses de sua base política, a cidade de Ouro Preto e os negócios da região.

A dimensão mediana do alcance dos negócios, a restrita capacidade de acumulação da economia regional ouro-pretana, o caráter tradicional de suas práticas de mercado e práticas políticas distanciavam os comerciantes da capital da província mineira de uma possível ação como “bloco de poder”. Com as armas que tinham, agiam para se aproximar do poder e reproduzir a hierarquização da sociedade escravista e do regime monárquico. Do ponto de vista estrutural, compunham uma base de intermediários políticos e econômicos, muito importantes para engendrar as redes de poder provinciais e nacionais, como bem salienta diversas pesquisas especializadas, que analisaram famílias, proprietários e comerciantes de outras regiões de Minas Gerais e do Brasil. Sendo assim, a noção de subordinação congelaria a atuação dessas elites, como se não estivessem interligadas, numa relação de reciprocidade com o centro.

Conclusão

A conquista de cargos eletivos, patentes e títulos honoríficos estava envolvida em todo um espectro cultural, no qual as relações clientelares e estratégias familiares alçavam e mantinham os negociantes em situações de destaque. Dessa forma, para o caso dos negociantes de Ouro Preto, não havia uma atuação coordenada como “bloco de poder” ou “grupo de interesse”, como já experimentavam algumas grandes praças comerciais do Império. É evidente, no entanto, que as redes de amizade e reciprocidades comerciais uniam os agentes mercantis em diversas situações, na busca por privilégio e interesses, mas sem um nível sofisticado de associação.

Bibliografia

ALMEIDA, Carla M. C. “Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seu aparentados”. In.: *Conquistadores e Negociantes: História das elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. (org) FRAGOSO. J.L. R.;ALMEIDA, Carla M.C e SAMPAIO, Antônio C. J. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.2007.

- ANDRADE, Francisco Eduardo. “Poder local e Herança Colonial em Mariana: Faces da Revolta do Ano da Fumaça.”. In.: *Termo de Mariana: História e documentação*. Ouro Preto. Imprensa universitária da UFOP. 1998. P. 127-135.
- ANDRADE, Leandro Braga. *Negócios capitais: práticas mercantis, negociantes e elites urbanas na Imperial Cidade de Ouro Preto, c. 1822 – c. 1864*. Tese de doutorado. IH. UFRJ. RJ. 2013.
- ANDRADE, Marcos Ferreira. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Arquivo Nacional. Rio de Janeiro. 2008.
- BORGES, Luiz Adriano. Notas sobre o conceito de Elite para o Brasil do Oitocentos. *Anais do Encontro Regional de História. Anpuh-SP*. UNESP/Franca. 2010;
- CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO, *Memorial histórico e político da câmara municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto. Cor e cor Editorial. 2004. APMP.
- CHAVES, Edneila Rodrigues. *Hierarquias sociais na câmara municipal em Rio Pardo (Minas Gerais 1833 – 1872)*. Niterói. Tese de doutoramento. UFF. 2012.
- COTTA, Francis Albert. Para além da desclassificação e da docilização dos corpos. Organização militar nas Minas Gerais do século XVIII. *Revista Humanidades*. UFRN. V.02. N. 03. Fev-Mar. 2001.
- DOLHNIKOFF, Miriam. *O lugar das elites regionais*. Revista USP, Dossiê Brasil Império, São Paulo, n. 58, p. 116-133, jun/ago. 2003. p. 118. Apud. ANDRADE, Marcos F. Op.cit. p. 232
- FARIA, Maria Auxiliadora. *A Guarda Nacional em Minas. 1831-1873*. Dissertação de mestrado. UFP. Curitiba. 1977.
- GENOVEZ, Patrícia Falco. *O espelho da monarquia: Minas Gerais e a Coroa no Segundo Reinado*. Niterói. Tese de doutoramento. UFF. 2003.
- GIL, Tiago Luís. *Coisas do caminho: Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba. (1780-1810)*. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Tese de doutoramento. Rio de Janeiro. 2009.
- GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. “O comércio e a cidade mineira oitocentista de São João del Rei”. *Anais do Colóquio Internacional: Cortes, Cidades, Memórias - Trânsitos e Transformações na Modernidade*. Belo Horizonte. FAFICH. UFMG. 2007.

- GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ. Rio de Janeiro. 1997;
- HEINZ, Flávio M. “O historiador e as elites – à guisa de introdução.” In.: (org) *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2006. pp. 7-16.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842*. São Paulo. Ed. Símbolo. 1979.
- MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: Um estudo sobre política e elites, a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2007.
- MELLO, Cristiane Pagano. *Os corpos auxiliares e de Ordenanças na segunda metade do século XVIII: A capitania do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e a Manutenção do Império Português no Centro-Sul da América*. Tese de doutorado. UFF. Niterói 2002.
- PIÑEIRO, Theo Lobarinhas. *Os simples comissários: Negociantes e política no Brasil Império*. Niterói. Tese de doutoramento. UFF. 2002.
- OLIVEIRA, J. Marques e MARTINS, A. Assis. *Almanak, administrativo, civil e industrial da Província de Minas Gerais para o ano de 1864*.
- REZENDE, Edna Maria. *Ecos do Liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840)*. Tese de doutoramento. FAFICH.UFMG. Belo Horizonte. 2008.
- SALDANHA, Flávio Henrique. *Os oficiais do povo: A guarda nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850*. São Paulo. Anablume/FAPESP. 2006.
- SAMPAIO, Antônio Carlos. Comércio, riqueza e nobreza: Elites mercantis e hierarquização social no Antigo Regime Português. In. : FRAGOSO, João Luís.[et al.] org. *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Edufes/Vitória. Lisboa. 2006.
- SILVA, Ana Rosa Clochet. “De comunidade a nação regionalização do poder, localismos e construções identitárias em Minas Gerais (1821-1831).” *Almanack brasiliense*. 02. Nov. de 2005.
- SILVA, Wlamir. *Liberais e povo. A construção da hegemonia liberal-moderada na província de Minas Gerais (1830-1834)*. São Paulo. Ed. Hucitec. Estudos Históricos. 2008.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

STUMPF, Roberta Giannubilo. “Nobreza na América Portuguesa notas sobre a estratégia de enobrecimento na capitania de Minas Gerais”. *Almanack*. Guarulhos, n. 01, p.119-136, 1º sem. 2011.

URICOECHEA, Fernando. *O minotauro Imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro do século XIX*. Editora Difel. São Paulo. 1978.

VEIGA, José Pedro Xavier da, *Efemérides Mineiras: 1664-1897*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. 2 volumes.